A CATEGORIA SERTÃO: UM EXERCÍCIO DE IMAGINAÇÃO ANTROPOLÓGICA

Custódia Selma Sena

Resumo

O ponto de partida do artigo é a recorrência da noção de sertão na produção cultural brasileira desde o advento da República, procurando identificar os múltiplos significados atribuídos àquele termo na literatura, nas artes plásticas, na música, no cinema, na história oral e no pensamento científico. Simultaneamente descrito como um espaço geográfico, como um tempo, como uma forma de organização social, como um conjunto de características culturais, como um locus simbólico de nacionalidade, etc, o sertão deveria ser entendido, na reivindicação da autora, como uma categoria de pensamento coletivo, situada no plano do inconsciente e caracterizada por um excedente de significação crucial para a compreensão do processo de construção ideológica do Brasil.

O objetivo desse artigo é tentar, com recursos escassos, seduzir o leitor de modo que, descobrindo dentro dele mesmo o sertão, me acompanhe nessa travessia.

E como a sedução é um jogo entre o ímpeto e a resistência, entre a audácia e o recuo, entre o desejo e o medo; um jogo, enfim, que nossa própria cultura nos informa tão bem como jogar. Seria supérfluo dizer, por amor à verdade, que o envolvimento e a paixão que diferenciam um propósito de um projeto provocam também como que uma miopia às avessas, de modo que o objeto de nosso envolvimento aparece ante nossos olhos com uma intensidade que ofusca seus próprios contornos.

^{*}Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Nesse caso, a vantagem trazida pela discussão de um tema é a resistência, a lucidez e a capacidade crítica de quem não se encontra nessa relação tão estreita com o objeto, de sorte que se possa construir uma ponte entre a paixão criadora e a reflexão profunda.

As reflexões que se seguem têm como fontes de referência etnográfica três clássicos da literatura brasileira: Os sertões, de Euclides da Cunha, 1902 (1963); O tronco, de Bernardo Élis, 1956 (1979) e Grande sertão: veredas, de Guimarães Rosa, 1967 (1976). Nas referências de caráter generalizante serão indicados apenas o título do livro ou o nome do autor. As citações específicas, tanto dessas fontes quanto da bibliografia auxiliar, serão situadas como de praxe.

Seria desnecessário acrescentar que a interpretação desses livros não contém nenhuma proposta de crítica literária, mas serve exclusivamente de suporte às idéias particulares aqui desenvolvidas. As referências mais numerosas a Euclides da Cunha e Guimarães Rosa não expressam nenhum juízo de valor, consciente, em relação a *O tronco*. Indicam apenas minha maior familiaridade com aqueles autores.

1. "O sertão está dentro de nós"

(Guimarães Rosa, 1967, p. 253)

Que me perdoem os rígidos guardiões das fronteiras que separam os domínios da literatura científica e da "literatura literária". Não é a aridez de um texto que garante sua cientificidade e nem a posse formal da estética, o que define a qualidade de uma obra literária.

Seria suficiente, para se repensar a relação entre esses dois domínios, lembrar a discussão, familiar aos antropólogos, sobre as diferentes concepções da antropologia como descrição ou interpretação, que remete de imediato a considerações sobre a natureza do texto literário. Por outro lado, mais como produto da habilidade individual que de uma proposta sistemática, temos, ao lado de textos de boa qualidade científica, aqueles que acrescem a isto a arte e a habilidade propriamente literárias, como um Geertz ou um Lévi-Strauss.

E ultrapassando os limites internos da disciplina caberia indagar sobre as relações históricas que entretêm entre si, no Brasil, as ciências sociais e a literatura enquanto formas de entendimento da sociedade brasileira.

Deixando de lado, por economia de tempo, as questões referentes ao processo de constituição das ciências sociais no país,² cabe notar que, dado o surgimento tardio de uma reflexão sociológica científica entre nós, a literatura, como observa Cândido (1967), se propôs a ser um instrumento de investigação, descoberta e construção de um saber sobre o Brasil. Para o autor, essa hipertrofia da função da literatura que fez submergir as preocupações estéticas em favor de problemas históricos e sociais constituiria um traço singular da sociedade brasileira: "Diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito" (1967, p. 56).

E prossegue mostrando como esse compromisso da literatura — no duplo sentido de consciência e prática — com o fazer histórico responde pela existência, entre nós, daquele "gênero misto de ensaio, constituído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte [e que] combinando com felicidade maior ou menor a observação, a ciência e a arte, constitui o traço característico e original do nosso pensamento" (Cândido 1976, p. 157). Os sertões, de Euclides da Cunha, exemplifica à perfeição esse gênero de literatura.

Ora, se a soberania da literatura na construção do pensamento social brasileiro reclama imediatamente a atenção do antropólogo preocupado em entender como uma sociedade pensa suas próprias diferenças e por que ela privilegia uma dentre várias formas de autorepresentação, com mais razão ainda se volta o pesquisador para essa mesma fonte quando busca conhecer certas representações coletivas centrais que a arte literária expressa, fixa e atualiza.

Assim, a escolha da literatura como ponto de partida dessa reflexão sobre o sertão não é nem arbitrária nem responde apenas à necessidade operacional de se delimitar um campo de pesquisa muito vasto já que o tema perpassa a "literatura literária", as artes plásticas, a música, o cinema, a história oral e a literatura científica.

Pelo contrário, como em todo empreendimento antropológico, procuramos penetrar no esquema mental do nativo respeitando a hierarquização que ele próprio estabelece entre suas categorias.

Tal como acontece em toda investigação que toma por objeto a própria cultura do investigador, o que se indaga é como realizar esse movimento auto-reflexivo através do qual o nativo se transforma em seu próprio antropólogo, em um historiador dos fatos e das idéias de sua sociedade, de uma tradição que constitui sua herança intelectual individual.

Colocado literariamente por Guimarães Rosa (1967, p. 253), o dilema é que, se "o sertão está dentro de nós", o antropólogo brasileiro, como de resto os intelectuais do país, enfrentam um duplo dilaceramento: por um lado, a cultura européia mascara nele o sertanejo, dentro do próprio país; por outro, ela o evidencia, perante o olhar da sociedade européia.

2. "O sertão tem muitos nomes"

(Guimarães Rosa, 1967, p. 413)

É chegado o momento de se proceder a algumas indicações — e a palavra indicação expressa consciência quanto à exigüidade das fontes etnográficas usadas — sobre o significado da noção de sertão na teoria nativa brasileira.

Como bem sugere a citação-título desse item, o termo sertão condensa uma pluralidade de significados, um entremeado de imagens fugidias e associações apenas entrevistas de modo que, à semelhança, digamos do hau dos maoris,³ trata-se menos de uma coisa sobre a qual o nativo pensa do que de uma coisa através da qual ele pensa. Assim, a questão da definição do termo, como a própria percepção de se estar perante uma representação coletiva privilegiada, só se coloca para o estranho ou para quem a estranha, dado que, a despeito dos múltiplos significados, o sertão é algo em que os brasileiros habitam.

Daí, talvez, essa atitude mista de surpresa, espanto e hesitação manifestada perante a indagação do que é o sertão. E essa pausa, essas reticências, esses rodeios e metáforas, gestos, enfim, do pensamento, tão bem expressos pelo personagem-narrador de Guimarães Rosa que parecem remeter a memória individual à sua fonte coletiva em busca de um sinônimo único e revelador que não se encontra: "o sertão é o sertão". "O sertão, ah, o sertão está em toda parte". "O sertão está dentro

de nós". "O sertão é o fim do rumo". "O sertão é o que não tem fim...". .4

O sertão é, simultaneamente, singular e plural, é um e é muitos, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o fora do tempo, o que não está nunca onde está.

Na verdade, onde se encontra o sertão ou onde encontrar o sertão? Euclides da Cunha, para encontrar o sertão, parte do litoral e se desloca na sincronia do espaço, no suposto da contemporaneidade das formas de ser da sociedade brasileira. Seu ponto de partida é o sertão enquanto lugar geográfico, enquanto ecossistema que determinaria apenas uma diferenciação das atividades técnico-econômicas. Seu espanto, sua surpresa é se deparar com uma sociedade diferente, como que isolada e encapsulada no tempo: "Imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana" (1963, p. 114).

E é aí, no encontro com o sertanejo, que lhe assalta o reconhecimento de que o sertão, mais que um lugar geográfico, está referido a uma forma de organização social específica, a um modo de vida característico, a uma descontinuidade social que a noção de pátria mal recobre. Sobre a estranheza da descoberta de um brasil dentro do Brasil, escreve Euclides da Cunha (1963, p. 396):

Viam-se [isto é, os soldados do exército brasileiro] em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pitoresca. Invadia-nos o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da Pátria.

E contraditoriamente, em total desacordo consigo próprio e com as idéias correntes à época,⁵ é ali, no seio de uma "sociedade velha, uma sociedade retardatária, arcaica, galvanizada e morta," que o autor irá encontrar o brasileiro típico, o sertanejo, "a rocha viva de nossa raça", "o cerne de nossa nacionalidade nascente" (1963, p. 453 e 172).

Seguindo Os sertões, na ordem cronológica de surgimento e da temática, Bernardo Élis descreve o sertão igualmente pela lente do

conflito durante a Primeira República. Só que enquanto a eloquência de Euclides da Cunha procura abarcar a pluralidade, *O tronco* é o *sertão* na sua especificidade, o *sertão* visto de dentro. É uma ampliação em densidade do local, a qual desvela a continuidade de uma "identidade sertaneja" entre soldados, jagunços, vaqueiros e camponeses.

Se Euclides da Cunha se desloca no espaço para encontrar a diferença do sertão no tempo, Guimarães Rosa procede como que às avessas. Ele empreende uma jornada de volta no tempo, ao passado e à memória para encontrar aqueles valores éticos, o código de honra e os atributos formadores de caráter, aquele conjunto de valores simbólicos, enfim, que nossa cultura representa como situados fora e acima do movimento permanente da história, as "zonas eternizadas da cultura", como diria Da Matta (1984, p. 138). Mas também lá — em Os sertões — como aqui — no Grande sertão — o que se busca no sertão é o Brasil e o brasileiro. É por isso que menos que um lugar geográfico, uma forma de organização social, uma percepção da diferença como função do espaço ou do tempo, o sertão é uma forma de ser, é aquilo que, dentro de nós, nos distingue, ontem e permanentemente, como brasileiros.

O movimento de Guimarães Rosa não acontece num espaço ou num tempo exteriores, mas à maneira de um objeto que, girando em torno de si, se deslocasse em profundidade, ele descobre o sertão dentro de nós, no encontro do espaço e do tempo psíquicos ou internos do homem.

3. "O sertão é o sertão"

(Guimarães Rosa, 1976, p. 155)

Segundo Sevcenko (1983), o advento da República no Brasil implicou uma profunda reorganização do espaço urbano, geográfico e político. Enquanto as cidades, particularmente a capital do Brasil, Rio de Janeiro, se modernizavam em velocidade acelerada e seguindo o modelo europeu, as elites políticas e principalmente os intelectuais definiam como tarefas centrais do país a construção da nação e a remodelação do Estado.

Se a reestruturação do Estado significava, à época, uma complexificação burocrática e uma ampliação da esfera do poder central

sobre a diversidade regional, ou seja, a unificação política, a reorganização do espaço geográfico se propunha como uma tarefa instrumental e integradora, haja vista as iniciativas de mapeamento e estabelecimento de redes de comunicação entre a capital e o interior do país. Resultado do compromisso com o projeto nacional que então se propunha, os intelectuais brasileiros e, particularmente, os escritores definiam como tarefa específica o estudo e a compreensão dos vários aspectos da realidade brasileira para a "construção de um saber próprio sobre o Brasil" (Sevcenko, 1983, p. 85). Tratava-se, pela via de um entendimento mais profundo e globalizante, de se apropriar intelectualmente do país, de se forjar uma imagem unificadora que pudesse substituir, enquanto referência, o parâmetro europeu.

Dessa volta para o próprio país, duas questões se colocariam imediatamente para a consciência intelectual: por um lado, e parece que pela primeira vez (Sevcenko, 1983, p. 32), a idéia de que o Brasil comportava em seu interior duas sociedade diferentes e antagônicas e, por outro, a necessidade de se definirem os caracteres formadores de uma identidade nacional. Nesse contexto, diz o autor, "é que se inserem os esforços renitentes dispendidos na tentativa de determinar um tipo étnico específico representativo da nacionalidade ou pelo menos simbólico dela, que se prestasse a operar como um eixo sólido que centrasse, dirigisse e organizasse as reflexões desnorteadas sobre a realidade nacional" (1983, p. 85).

Penso que a Primeira República pode ser tomada como um marco na compreensão do empreendimento intelectual, ainda hoje incompleto, de construção de uma imagem do Brasil como um todo unificado. Parece bastante provável que a primeira década do século XX — marcada pelo surgimento de Os sertões — revele os albores do processo de construção das diferenças específicas do Brasil (da identidade tribal brasileira) perante e em oposição aos outros Estados-nações, processo que encontraria seu apogeu no movimento modernista.

Com efeito, como assinala Cândido (1967), a literatura do século XIX no Brasil dialogava com, era dependente de e se opunha basicamente a Portugal. A partir de 1900, no entanto, "a velha mãe deixa de existir para nós como têrmo a ser enfrentado e superado" (p. 134), e assiste-se, na literatura, a um movimento de busca de temas propriamente brasileiros, como o caboclo, o caipira, etc. É bem verdade

que o autor considera, com relação ao período 1900-1922, que a literatura então produzida caracterizava-se como um gênero pretensioso e formal, "como um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas" (1967, p. 136). Mas é também verdade que Os sertões configuram, em referência a essa mesma época, uma ruptura com tal perspectiva que fez dele um clássico da literatura brasileira até hoje.

Penso que, em relação ao processo de construção ideológica do Brasil, o sertão pode ser entendido como "uma categoria de pensamento coletivo ou categoria inconsciente do entendimento" de que nos fala Mauss (1974a, p. 207-241): situadas no plano do inconsciente, essas categorias operariam como princípios-diretrizes do pensamento, viabilizando ou tornando possível esse próprio pensar. Presentes na linguagem, mas de forma não explícita, essas categorias caracterizam-se por sua alta densidade simbólica, por representarem — no dizer de Lévi-Strauss (1974b, p. 34) — "um excedente de significação" potencialmente aplicável a uma gama variável de conteúdos simbólicos. Daí a necessidade, sublinhada por Mauss (1974a, p. 209-210) e exemplificada em seu ensaio sobre a noção de pessoa, de se construir uma história social dessas categorias através de um levantamento comparativo das diversas formas, versões, conteúdos e expressões que elas assumem.

Julgo que à diferença das categorias do entendimento, as quais expressariam o universal — enquanto ossatura do próprio pensamento —, as categorias inconscientes do entendimento, conquanto necessárias e cumprindo a função homóloga de tornar possíveis as idéias e de permitir que o simbólico se expresse, apontariam para o particular, para o específico. É desse modo que proponho que a noção de sertão será entendida como uma categoria necessária e princípio-diretriz subjacente do processo de constituição de nossa nacionalidade.

O mapeamento dessa categoria, ainda que no interior de um único gênero como a literatura, aí incluído o cordel, permitiria evidenciar essa função-diretriz da categoria sertão no pensamento social brasileiro e apreender o caráter de continuidade que ela opera entre as várias formas de expressão simbólica.

Assim, imagino que, dada a ausência de documentos geográficos sobre o Brasil em época tão tardia como o começo do século XX, ou seja, dada a ausência de uma representação uniforme e dominante, os grupos sociais possuíam concepções distintas do espaço geográfico

vinculadas tanto a sua localização territorial quanto as suas formas próprias de simbolização. Em decorrência, é possível supor que a representação geográfica científica expresse em grande medida a incorporação de uma representação coletiva anterior, já que ela não parece repousar unicamente em critérios positivos como gostaria.

O mesmo ocorre com a história, enquanto disciplina, em que o Sertão, em sua dimensão temporal, poder-se-ia revelar como eixo da dualidade feudalismo versus capitalismo que, por tanto tempo, mobilizou e dividiu a intelectualidade brasileira. E por que não procurar nas ciências sociais também um paralelo, já que dispomos aí de um exemplo notavelmente adequado que é a representação do Brasil formulada pela teoria dualista ou dos dois brasis?

E não seria por idêntica razão, isto é, por se tratar de uma representação coletiva privilegiada, como somente o são as categorias totalizadoras do pensamento, que são clássicas no Brasil as obras aqui citadas? E a recorrência com que esse tema aparece nas artes plásticas e na música, sendo o próprio eixo condutor do movimento de vanguarda do chamado Cinema Novo?

Ao invés de ser tomado literalmente como um dos termos da representação dualista litoral/sertão, talvez seja possível pensar que o sertão, na sua resistência e irredutibilidade, seja o próprio Brasil que se representa e se singulariza e, pela atualização permanente desse mito, cada geração de brasileiros retome e reconstrua simbolicamente a saga épica do sertanejo.

Abstract

The starting point of this article is the recurrence of the notion of sertão in Brazilian cultural production since the advent of the Republic, identifying the many meanings attributed to that term in literature, plastic arts, music, movie, oral history and scientific thought. Simultaneously described as geographic space, time, form of social organization, cluster of cultural characteristics, symbolic locus of nationality, etc., sertão should be understood, for the author, as a category of collective thought. As such, it is situated in the unconscious and it is characterized by a surplus of crucial signification for the comprenhension of the process of ideological construction of Brazil.

Notas

A expressão é usada por Cândido (1967, p. 165) aspeada e em oposição aos meios de comunicação de massa. Aqui o uso do termo marca uma distinção entre esses dois gêneros de literatura.

- Para um aprofundamento dessas questões, veja Peirano (1981). Algumas das idéias contidas nesse trabalho estão filiadas à discussão levada a cabo pela autora.
- 3 Isto é, tanto o hau quanto o sertão constituiriam representações coletivas especiais, princípios do pensamento. O paralelo nos foi sugerido pela leitura de Mauss (1974).
- 4 Guimarães Rosa (1967), p. 155, 9, 253, 191, 320 e 65, respectivamente.
- A defesa que Euclides da Cunha apresenta, em resposta às críticas de seus contemporâneos, está contida na obra citada, em anexo intitulado "Notas do Autor", p. 467-471.
- 6 Expressões usadas pelo autor em várias partes de Os sertões.
- 7 Para uma contextualização e interpretação dessa questão veja Palmeira (1971).
- 8 Veja Lambert (1967).

Referências Bibliográficas

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1963.

DA MATTA, Roberto. Relativizando. Petrópolis: Vozes, 1984.

ÉLIS, Bernardo. O tronco. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979.

GUIMARÃES ROSA, João. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: Antropologia e Sociologia. São Paulo: E. P. U., 1974 b, v. 2.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do eu. In: Antropologia e Sociologia, v. 1. São Paulo: E. P. U., 1974 a, v. 2.

PALMEIRA, Moacir. Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un dibat. Paris: Universidade de Paris, 1971. (Mimeogr.).

PEIRANO, Mariza G. S. The anthropology of anthropology: the brazilian case. Cambridge: Harvard University, 1981. (Mimeogr.).

SANTOS, Felício dos. João abade. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. São Paulo: Brasiliense, 1985.

28